

A CIÊNCIA E A QUESTÃO VITAL DA REVOLUÇÃO

MIKHAIL BAKUNIN

Tradução

Plínio Augusto Coêlho

Editora Imaginário



A CIÊNCIA E A QUESTÃO
VITAL DA REVOLUÇÃO

A CIÊNCIA E A QUESTÃO VITAL DA REVOLUÇÃO

MARÇO DE 1870

Mikhail Bakunin

No primeiro número de *Narodnoe Delo*, o único do qual tomei parte e que é quase inteiro meu¹, busquei definir o que é hoje a ciência em relação ao povo. Quero agora dizer algumas palavras sobre o que é essa mesma ciência em relação à juventude revolucionária atual.

Em *Narodnoe Delo* esforcei-me para demonstrar, e creio que com sucesso, que qualquer que seja o imenso valor que terá a ciência para o povo no período pós-revolucionário, no momento atual, isto é, antes da revolução que o colocará em pé e lhe dará a possibilidade real de instruir-se, ela não tem para

¹ No que concerne aos outros números, sou obrigado a dizer que não tomei e não podia tomar parte em nenhum deles pois não estou de acordo nem na forma nem no fundo com seu conteúdo.

ele absolutamente nenhum sentido; é-lhe simplesmente inacessível e inútil. O governo compreende demasiado bem o interesse do Estado e não abrirá às massas as portas da ciência viva e liberadora. Quanto à ciência morta, a ciência falsificada, cujo único objetivo é introduzir no povo todo um sistema de falsas noções e concepções, ela seria para este último verdadeiramente funesta; ela lhe inocularia o vírus social oficial e, de todo modo, o desviaria, ao menos por um tempo, do que é hoje a única coisa útil e salutar: a revolta.

Extraí a conclusão de que, aqueles que, nos ditos meios e nas condições atuais, pontificam sobre a instrução do povo, são simples sonhadores ou retóricos, ou, ainda, o que é pior, mistificadores, exploradores, em resumo, inimigos do povo.

Para todo espírito honesto, isso deve estar claro. Assim, deixemos de lado essa questão como já resolvida e passemos à outra: *o que é a ciência em relação à juventude revolucionária?*

Há dois meses, redigi um “Apelo aos jovens irmãos” no qual eu felicitava a juventude pelo fato de o governo expulsá-la das universidades e das escolas superiores empurrando-a para o Povo. Quantas censuras atraí para mim de diferentes lados por ter tido a audácia de exprimir francamente essa idéia. Não falo apenas da cólera legítima daqueles que fazem parte das esferas oficiais ou ainda das *pessoas decentes* que formam entre nós a gente literária patriótica.

Merecer e provocar a cólera desses senhores será sempre uma grande honra para mim; e se acontecesse, ao menos uma vez, sem desejá-lo, de atrair para mim a mínima aprovação por parte deles, eu sentiria tanta amargura quanto vergonha.

Mas entre aqueles que censuraram meu apelo, há um assaz grande número de pessoas que pertencem aos meios mais próximos de mim e cujas concepções teóricas não são muito diferentes das minhas, mas cujas idéias, no que concerne à ação prática, são, em contrapartida, claramente opostas à minha maneira de ver. Para ser mais claro, acrescentarei o seguinte: aqueles que pensam ou que se ocupam hoje, na Rússia, das questões políticas e sociais, dividem-se em duas categorias: uns querem, ou crêem querer, todas as reformas, melhorias, emancipações ou progressos possíveis e imagináveis em favor de nosso infeliz povo esmagado, mas buscam obter todos esses bens pela via estatista; quase sempre censuram ou vilipendiam freqüentemente o governo, tal ou qual ministro, e até mesmo o soberano, mas ao mesmo tempo pensam que o Estado é o melhor e até mesmo o único meio para o povo alcançar seus objetivos e realizar seus ideais; e é por essa razão que eles põem em toda a parte, e sempre no primeiro plano, a prosperidade e o poder do Estado, único fundamento possível, segundo eles, do bem do povo. Outros, ao contrário, chegaram a essa convicção segundo a qual o Estado, por sua natureza e por sua forma, deve ser

colocado com a Igreja entre as coisas mais vis e mais nefastas engendradas pela ignorância e pela servidão históricas de nosso povo, e que, em geral, todo Estado, e particularmente o Estado panrusso, não só entrava mas sufoca em germe toda possibilidade de bem-estar e liberdade das massas populares. Apoian-do-se sobre essa convicção, eles pensam que para emancipar o nosso povo é preciso destruir completamente o Estado panrusso.

À primeira categoria pertencem os *reformistas-estatistas*; à segunda, os *revolucionários*.

No que me concerne, estou persuadido de que é perder tempo dialogar com os *estatistas*, por mais liberais que eles sejam em aparência. Que eles sejam por natureza, em aparência ou em fato, corações sensíveis ou generosos, ou até mesmo humanitários, eles são consagrados, por uma implacável lógica, à baixeza, à ferocidade, pois nenhum Estado, e ainda com maior razão o Estado panrusso, poderia sem baixeza e sem ferocidade existir ou resistir, mesmo por um ano. A via trilhada pelos estatistas leva-os diretamente ao abandono de toda atividade ou, ao menos, à *Muravievtchina*.

Quanto aos *revolucionários*, é um outro caso: podemos e devemos dialogar com eles. Mas os revolucionários também se dividem em duas categorias: os *doutrinários* e os *partidários da ação prática e cotidiana*.

Denomino revolucionários *doutrinários* aqueles que chegaram à concepção revolucionária e à cons-

ciência de que a revolução é indispensável não pelo que a vida ensinou-lhes, mas pelo que leram nos livros. Entre os outros, de espírito menos grave, mas, em contrapartida, mais dramático ou orgulhoso, a leitura da história das revoluções passadas inflamou a imaginação juvenil: o exemplo dos grandes heróis da revolução dá-lhes vontade de também ser heróis, ou, ao menos, aparentá-lo. Sonham com revoluções violentas nas quais estariam longe, isso é óbvio, de desempenhar o último papel, de combates sobre as barricadas, de terror, de decretos salvadores promulgados por eles; e eles próprios fremem à simples idéia de que serão terríveis. Essas pessoas divertem-se brincando inocentemente de revolução. Sempre enfiados de orgulho e, inclusive, de vaidade, são, no começo de sua carreira, relativamente sinceros; confundindo a exaltação da juventude com o ardor do coração, a frase pomposa com o pensamento, e confundindo ardor do temperamento com energia e vontade, eles começam comumente por crer de maneira séria neles próprios. Em seguida, seu entusiasmo atenua-se, mas o vazio do pensamento e o hábito da ênfase não os abandonam; e, enfim, tornam-se histriões e retóricos incorrigíveis.

Com esses indivíduos, toda discussão é inútil. Eles não têm outra coisa a fazer e só se interessam por eles. Conquanto falando incessantemente em nome do povo, nunca se preocupam com ele e nada querem saber do que lhe diz respeito. Para eles, o povo

é apenas um pretexto, uma escada, um trampolim, uma massa insensata e inerte que espera deles, e só deles, a vida, o pensamento, a felicidade e a liberdade. Crêem-se feitos para ser ditadores e nem por um instante duvidam de que o povo marchará sob seu bastão como um rebanho vulgar. Sua constante faduidade faz-lhes perderem a cabeça. Nem os fatos, nem os acontecimentos, por mais importantes que sejam, podem impedi-los de pensar só em si mesmos; em todas as coisas só vêem eles próprios. Deixemo-los admirarem-se o quanto quiserem e afastemo-nos dessa gente.

Há doutrinários mais sérios: aqueles que vieram à consciência revolucionária não por fantasia pessoal ou por orgulho, mas por um efeito profundo e objetivo do pensamento, por um estudo sério da história e da condição atual do povo. Estes sabem e são capazes de demonstrar-vos, do melhor modo possível, por que hoje todo homem digno desse nome deve ser um revolucionário. E — coisa estranha! — sabendo disso tão bem, tornam-se raramente, ou ao preço de dificuldades inomináveis, verdadeiros revolucionários. Como explicá-lo?

Segundo minha opinião, a explicação é bem fácil. Eles foram conduzidos à consciência revolucionária não pela vida, mas pelo pensamento a despeito de suas condições de existência. Comparada à vida insuportável de milhões de pessoas, a deles é boa e fácil. Mesmo a realidade estatista tão dura e tão cruel

para o povo, toca-os de uma maneira muito mais amena e mais suave. Sua vida choca-se assaz raramente com circunstâncias, fatos de natureza a suscitar no indivíduo um ódio irreduzível e uma incansável necessidade de destruir. Sua paixão revolucionária é sobretudo abstrata, cerebral, e é raramente séria.

É verdade, é penoso e freqüentemente insuportável a todo homem inteligente e generoso viver num mundo tão vil, tão vulgar, tão feroz, e ser todos os dias testemunha da mentira mais gritante e mais odiosa. Mas a quem o indivíduo não se acostuma? Mesmo o sentimento de revolta embota-se quando a ignomínia torna-se algo crônico e geral. Só a humilhação sofrida pelo próprio indivíduo é mortal; quanto às humilhações que golpeiam os outros, podemos nos acostumar a ela.

Enfim, se se torna insuportável, tem-se o recurso de ir em busca de outros ares no estrangeiro ou refugiar-se no templo sagrado e eternamente jovem da ciência, das artes, da amizade, do amor; ou, ainda, consagrar-se a uma inocente cooperativa, ou instalar-se confortavelmente em sua própria existência.

Quanto à consciência, se ela se revolta ou se recusa a tais acomodações, pode-se tranquilizá-la por argumentos do tipo desses aqui:

A realidade não é realmente bela, mas é poderosa; e, contra ela, nada podemos. Sua força não reside no arbitrário de um tal ou de

tal outro, mas num conjunto de pequenos fatos ou de fenômenos sociais, de tendências ou disposições de espírito diversas, dos quais ela é o produto e a expressão mais completa. Ela é a consequência fatal de tudo o que vive e age na sociedade; o que significa que nenhuma força individual está em condição de destruí-la; e seria ridículo que uma ou várias pessoas quisessem tentá-lo. Se tal é a realidade, ou seja, que ela produz por si mesma czares tais como Alexandre II, ministros e homens de Estado como esses de nosso tempo, devemos, queiramos ou não, inclinar-nos ante a imperiosa necessidade contra a qual toda veleidade de revolta seria pueril. Ainda que conseguíssemos suprimir Aleksandr Nikolaevitch com toda a família imperial e todos os seus fabricantes de milagres, seus arcanjos e seus anjos da guarda, outros da mesma natureza, e talvez piores, não tardariam a ocupar seus lugares. Eles não são a enfermidade, mas seus sintomas, assim como um piolho numa cabeça suja é apenas o resultado da sujidade, ou uma chaga purulenta, o efeito de uma lesão independente dessa chaga.

Quereis que no futuro tais czares e ministros não sejam mais possíveis? Não vos ocupais deles. E sem usar vossas forças em revoltas estérteis, consagrai-as exclusivamente à transformação do meio social que, sob a forma de parasitas ou chagas purulentas, engendra tais mons-

tros. Agiremos continuamente e de olhos bem abertos, mas de maneira racional, prudente e conservando nosso sangue-frio, sem esperar grandes resultados de um dia para o outro, contendendo-nos com a idéia de que nossos esforços prepararão uma ordem social racional para as gerações futuras. — O que faremos? Renunciando a toda atividade política e a toda função pública que, para nós, são atualmente, no sentido pró-governamental tanto quanto anti-governamental, absolutamente impossíveis, nós nos consagraremos ao estudo e à propaganda ativa, pelo escrito, pela palavra e pela ação, das idéias sociais que hoje alcançaram a maturidade: formaremos círculos literários e sociais ou sociedades cooperativas tendo por objeto a ciência, o trabalho e as condições de existência. — Antes de tudo, necessitamos de luzes, o máximo possível de luzes! A maioria dos nossos é ignorante; precisamos aprender muito e estudar tudo antes de pensar transformar na prática a sociedade. Assim nós nos instruiremos e ajudaremos os outros a instruírem-se. Daremos instrução àqueles que não a possuem e ajudaremos a pobre gente. — Desse modo, formaremos em pouco tempo uma falange de jovens militantes íntegros sabendo o que querem, o que podem querer e a quê aspiram. Evidentemente, em nossos círculos, o principal objeto dos estudos será a Rússia, sua história

e seu estado atual. Falamos todos dela; cada um quer libertá-la e ninguém a conhece nem sabe aquilo de que o povo realmente necessita, o que ele quer e aonde a fatalidade histórica o conduz. Mas quando conhecermos realmente o povo, seu passado e seu presente, aí então poderemos facilmente prever seu futuro; e, uma vez conhecido esse futuro, nós nos lançaremos na ação com nosso saber e a fé inquebrantável que ele nos inspirará; então, seremos todo-poderosos, tanto mais porque é provável que nesse momento a consciência do povo estará madura, essa maturidade indo hoje muito mais rápido que anteriormente. Em fim de contas, consagrando-nos à nossa própria instrução, podemos apressar mais ou menos essa maturidade. Malgrado todos os obstáculos que o governo ergue diante de nós, estamos em condição de desenvolver nossa propaganda, mesmo no povo, por intermédio dos professores de escolas rurais, por brochuras ao alcance de todos e por meio de cooperativas artesanais, masculinas e femininas, de escolas rurais, e até mesmo pela rede de *zemstvos*². Sem dúvida o governo entravará cada um de nossos passos e os jornais dos Katkov, Skarjatin e outros jor-

² Sistema de administração local introduzido em 1864 por uma das reformas do czar Alexandre II. (N.T.)

nais bem-pensantes, sem falar dos desfrutadores e dos imbecis da nobreza — e eles são legiões! — nos caluniarão, denunciarão, perseguirão impiedosamente. Mas se formos numerosos, se de nossas falanges pacíficas, voltadas para um único e mesmo objetivo, cobriremos toda a terra russa; e se, apoiados pela idéia que nos serve de estrela polar, marcharmos ao mesmo passo, apoiando-nos uns nos outros, na lei e no nosso direito incontestável, venceremos todos os nossos adversários e todos os obstáculos; seremos mais fortes que o governo e, então, poderemos enfim *pensar* no povo e no meio de despertar sua vida.

Eis, ao que me parece, exposto em toda a sua amplitude, o programa de nossos bons doutrinários. Há aí um pensamento lúcido e um ato de coragem. Só lhe falta a realidade, uma base real, um verdadeiro campo de ação, a vida. Para demolir de uma vez por todas esse sistema, último bastião de um doutrinário semi-honesto, — nenhum doutrinário poderia sê-lo completamente — retomarei a argumentação ponto por ponto; e, a fim de não me afastar de meu tema, tomarei minhas provas e meus exemplos de preferência na realidade russa, estatista e social. Assim, depois de ter-me inclinado à maneira russa, nos quatro sentidos, travo combate contra esse monstro moderno, o doutrinário, que, na Rússia,

engole tantas forças vivas e conduz à sua perda tantos jovens.

Admito de bom grado seu primeiro ponto, ou seja, que a realidade, isto é, a ordem política, cívica e social atualmente e em todos os países, é a soma, ou melhor, o resultado da luta, dos conflitos, do aniquilamento mútuo, da dominação e, em geral, da conjunção e da ação recíproca das diversas forças que, dentro e fora, agem no ou sobre o dito país. O que decorre disso? Primeiramente, que a transformação desses regimes sociais não pode se dar, e nunca se realiza senão por uma profunda modificação do equilíbrio entre as forças que se manifestam na dada sociedade.

A fim de resolver a importante questão de saber como foram modificados ao longo da história os equilíbrios ou os regimes estabelecidos, ou como uns e outros podem sê-lo hoje, examinemos de mais perto a natureza das forças sociais.

Assim como no mundo orgânico ou inorgânico tudo o que vive, ou simplesmente existe mecânica, física ou quimicamente, em qualquer medida que seja, influi em todo o meio circundante, do mesmo modo, na sociedade, o ser humano mais ínfimo representa uma minúscula fração da força social. É óbvio que se tomarmos essa pequena fração isolando-a completamente das outras, ela será, comparada ao conjunto das forças sociais, quase igual a zero. Do mesmo modo, se eu estivesse sozinho e quisesse, sem

laços com quem quer que seja, transformar o regime existente simplesmente porque ele não me agrada, e se fosse o único a quem ele desagrade, eu seria um idiota.

Se nos agrupássemos a dez, vinte ou trinta com o mesmo objetivo, já seria mais sério, conquanto longe de ser suficiente para alcançar o objetivo, admitindo que este por sua natureza não seja demasiado limitado ou ínfimo. O esforço comum de algumas dezenas de indivíduos é muito mais eficaz do que todo esforço individual, não apenas porque a força de várias unidades é sempre maior do que aquela de uma única (numa sociedade composta de milhões de indivíduos, a soma de algumas dezenas de pequenas frações comparada à imensa soma das forças sociais é também quase igual a zero), mas também porque, quando uma dezena, ou até mesmo mais, de indivíduos conjugam seus esforços para alcançar um objetivo comum, constitui-se entre eles uma nova força que ultrapassa, e de longe, a simples soma aritmética dos esforços individuais de cada um. Em economia política, esse fato foi pela primeira vez observado por Adam Smith e atribuído à ação natural da *divisão do trabalho*. Ora, no caso por mim examinado, não é apenas a divisão do trabalho que age, isto é, engendra uma nova força, mas também, e numa proporção ainda maior, *a união* e o que a completa necessariamente: a elaboração de um plano de ação, em seguida, a melhor *repartição possível e a organização siste-*

mática ou refletida de forças pouco numerosas em conformidade com o plano estabelecido.

Com efeito, desde que a história existe, em todos os países, mesmo os mais civilizados e mais instruídos, toda a soma das forças sociais divide-se em duas grandes categorias profundamente diferentes uma da outra, e, amiúde, podemos até mesmo dizer quase sempre, antagônicas, a saber: a soma das forças inconscientes, instintivas, tradicionais, por assim dizer, espontâneas e pouco organizadas, ainda que cheias de vida, e a soma incomparavelmente menor das forças conscientes, conjugadas, deliberadamente associadas, agindo segundo um dado plano, e sistematicamente organizadas segundo esse plano. Na primeira categoria entram os milhões e milhões de indivíduos que constituem a massa do povo, e até mesmo, sob muitos aspectos, a maior parte das categorias sociais cultas ou privilegiadas, e, enfim, toda a camada inferior da casta burocrática e o exército, embora essas castas, a camada burocrática e o exército, por sua natureza e pelos benefícios que elas extraem de sua situação, ou em razão de sua organização racional mais ou menos sistemática, pertencem, de fato, à segunda categoria, da qual o governo forma evidentemente o centro. Em resumo, a sociedade é dividida numa minoria composta de exploradores e numa imensa massa mais ou menos conscientemente explorada.

É óbvio que não é possível separar por uma linha muito rígida um mundo do outro. Na sociedade, bem

como na natureza, as forças mais antagônicas acabam em seus limites por confundir-se. Mas se pode dizer que entre nós, por exemplo, o povo do campo e os pequeno-burgueses são os típicos representantes da massa explorada. Sobre eles sobrepõe-se um certo número de camadas sociais que, quanto mais próximas do povo estão, mais fazem parte da categoria explorada (e menos elas próprias exploram o povo) e quanto mais distantes dele, mais se acomodam na categoria dos exploradores e menos têm de sofrer essa exploração.

É assim que, entre nós, nos campos, os *kulaks* sobrepõem-se ao campesinato e à pequena burguesia, nas cidades, os negociantes e suas guildas, — que indubitavelmente exploram o povo — mas são, por sua vez, explorados do mesmo modo que o povo pelos grandes negociantes, pelo clero, pela nobreza e, acima de tudo, pelas esferas governamentais de cima para baixo da escala. Pode-se dizer o mesmo do baixo clero, ele também devorado pelo alto clero, bem como da pequena nobreza, e hoje, inclusive, da média nobreza cada vez mais rejeitada, de um lado, pelos grandes proprietários de terras de origem mercantil, e do outro, pela aristocracia burocrática e por aquela da corte. A própria burocracia e o exército formam a mais estranha mistura de passividade e de atividade na exploração proveniente do Estado; evidentemente, quanto mais baixo se está, mais se é passivo; e quanto mais alto se está, mais a atividade exibida reveste um caráter consciente.

No alto da escala situa-se o grupo pouco numeroso dos exploradores mais consumados e mais conscientes: as altas esferas governamentais, isto é, em primeiro lugar Sua Majestade o Imperador e toda a sua augusta casa, depois sua corte, seus ministros, seus pajens, seus ordenanças, todos os dignitários do exército, da administração, do clero e, em sua circunvizinhança, as altas personagens da Finança, da Indústria, do Negócio que, com a permissão do governo e sob sua proteção, devoram toda a riqueza, ou melhor, toda a indigência do povo.

Tal é, segundo me parece, a exata classificação do mundo russo. Vejamos agora qual é a relação quantitativa dessas três categorias sociais. Sobre os 70 milhões de habitantes do Império, a parte da categoria inferior composta unicamente de explorados é de ao menos 67 ou 68 milhões. Aquela dos exploradores consumados e conscientes, isto é, os mais malevolentes, não ultrapassa três, quatro mil, digamos dez mil. Restam dois ou três milhões para a categoria intermediária composta de indivíduos que são ao mesmo tempo, embora em graus diferentes, exploradores e explorados. Essa categoria pode ser dividida em dois ramos: de um lado, a imensa maioria daqueles que são mais explorados do que exploradores, do outro, a minoria daqueles que são pouco explorados e mais ou menos conscientemente exploradores; se acrescentarmos este último ramo à categoria dos exploradores rematados e conscientes, constatamos

que sobre 70 milhões de habitantes, há no máximo 200.000 exploradores autênticos e ferozes, de sorte que, para cada explorador, há aproximadamente 350 explorados.

Perguntar-se-á: como pôde se formar essa relação monstruosa? Por que, no Estado, 200.000 indivíduos podem impunemente explorar 70 milhões? É possível que nesses 200.000 exploradores haja mais força física ou mais inteligência natural do que nos outros 70 milhões? Basta fazer a pergunta para responder negativamente. Não falemos da força física; quanto à inteligência natural, se tomardes no povo os primeiros 200.000 indivíduos que vos caírem nas mãos e fizerdes uma comparação entre eles e os 200.000 exploradores, logo vós vos convencereis de que entre os primeiros há muito mais inteligência natural do que entre os segundos. Mas estes últimos têm sobre os primeiros uma grande vantagem: *a instrução*.

É verdade, a instrução é uma força; e por mais deficiente, superficial, deformada que seja aquela de nossas altas classes, é inegável que, com outros fatores, ela permite à minoria privilegiada conservar em suas mãos o poder. Mas aí se coloca uma questão: por que a minoria é instruída e por que a imensa maioria não o é? Seria porque a primeira é mais apta aos estudos do que a segunda? Uma vez mais basta fazer a pergunta da aptidão para respondê-la negativamente. O povo é infinitamente mais apto aos estudos

do que a minoria. Portanto, esta beneficia-se do privilégio da instrução por outras razões. Quais são elas? Há só uma e todos a conhecem: a minoria encontra-se em condições que lhe dão acesso à instrução enquanto as massas populares estão em condições tais que a instrução lhes é proibida, ou seja, a minoria ocupa a posição vantajosa dos exploradores e o povo é a vítima da exploração. Isso quer dizer que a posição da minoria exploradora em relação ao povo explorado é anterior ao momento em que a minoria quis, monopolizando a instrução, conservar o poder para si. Sobre o que, então, essa minoria apoiava-se antes dessa época? Unicamente sobre a virtude da *união*.

Todos os Estados, presentes e passados, tiveram por princípio fundamental e absoluto *a união*. É em vão que se vai procurar a razão primordial da formação dos Estados na religião. É certo que a religião, isto é, a ignorância, a superstição e a estupidez do povo engendrada por uma e por outra, em muito contribuiu para organizar a exploração sistemática das massas populares que denominamos Estado. Mas para que a estupidez do povo possa ser explorada, era absolutamente preciso que houvesse *in loco* exploradores *já unidos* e dispostos a formar um Estado.

Tomai cem imbecis; entre eles, haverá, certamente, alguns que têm um pouco mais de bom senso e que, embora sendo parvos, eles o serão menos do que os outros; naturalmente, estes tornar-se-ão chefes; e por esse título, ou melhor, por essa situação,

eles começarão sem dúvida a combater entre si enquanto não compreenderem que se destroem uns aos outros sem qualquer benefício nem para eles nem para o que crêem ser a causa. Mas tão logo adquirem consciência disso, buscam unir-se; é verdade, nem todos se unirão e dividirão em dois ou três clãs, na base de duas ou três *associações*. Entre os clãs, a luta começará fatalmente, cada um deles empregando todos os *meios possíveis*: o apoio, a corrupção, a mentira e, evidentemente, a religião para atrair para si a massa do povo, quer dizer, todos os outros parvos. Eis como começa a exploração estatista. Enfim, um partido, isto é, a forma de organização mais ampla e mais racional, depois de ter vencido todos os outros, erigir-se-á como senhor e formará um *Estado regular*. Por um processo natural, a vitória atrairá para o lado dos vencedores muita gente do campo dos vencidos; e se o partido que tiver vencido souber mostrar-se inteligente, ele aceitará de bom grado os trãnsfugas; dará sua simpatia e todos os tipos de vantagens aos homens mais influentes e mais fortes do partido dos vencidos, classificando estes segundo seu tipo de ocupação (quer dizer, segundo os métodos e os meios aos quais eles estão habituados ou dos quais herdaram para explorar mais ou menos conscientemente todos os outros imbecis) seja na ordem eclesiástica, seja na milícia do príncipe, seja na nobreza ou no corpo dos negociantes. Assim se formam as *classes estatistas* das quais o Estado emana pronto. Uma religião ou outra expli-

cará, em seguida, quer dizer, divinizará o ato de violência e, desse modo, deitará o fundamento do *direito dito estatista*.

Fortalecidas, as classes estatistas continuarão a ampliar-se e a consolidar-se nas costas do povo graças a seu crescimento e ao direito de herança. Os filhos e os netos dos primeiros membros da classe tornar-se-ão, a seguir, e por conseqüência, numa medida cada vez maior, exploradores do povo mais ainda por sua situação do que por cálculo ou plano voluntariamente preconcebido. Esse complô preconcebido se situará então cada vez mais alto nas altas esferas governamentais e na minoria que as toca de perto; e transformar-se-á, para a imensa maioria das classes privilegiadas, numa exploração cada vez mais costumeira, tradicional, ritual, e até mesmo mais ou menos inocente.

Pouco a pouco, e cada vez mais forte com o passar do tempo, a maior parte desses exploradores, seja por nascimento, seja pela situação da qual herdaram na sociedade, começarão a crer seriamente no direito histórico e no direito de nascimento. E não apenas eles, mas as massas que eles exploram também se colocarão a crer, sob o efeito do hábito, da tradição e da ação deletéria dos dogmas religiosos *envenenados*, nos direitos de seus exploradores e opressores; e elas continuarão a crer nisso enquanto a taça de seus males não transbordar e os sofrimentos de todos os tipos não tiverem despertado nelas um sentimento bem diferente.

Esse novo sentimento nasce e desenvolve-se nas massas populares com extrema lentidão. Séculos passarão antes que esse sentimento desperte completamente; mas a partir do momento que despertar, destruirá tudo diante dele e nenhuma força poderá resistir-lhe. Eis por que a principal tarefa que incumbe ao Estado e à sua sabedoria consiste precisamente em impedir por todos os meios o despertar de um sentimento racional no povo ou, ao menos, retardá-lo indefinidamente.

Quanto à lentidão que esse sentimento racional põe a desenvolver-se no povo, ela se deve a duas causas: *primeiramente*, o povo é oprimido por seu duro labor e ainda mais pelas preocupações com a existência; *em segundo lugar*, sua condição política e material condena-o à ignorância.

A miséria, a fome, um trabalho extenuante, um incômodo incessante bastam para embrutecer o homem mais forte e mais inteligente. Acrescentai a isso a ignorância e ficareis surpresos com que esse infeliz povo, ainda que a passos lentos, consiga avançar e não se estupidifique ainda mais de ano a ano.

O saber é uma força; a ignorância, a causa da impotência social. Isso não seria nada se, na sociedade, todo mundo estivesse mergulhado numa idêntica ignorância. Então, o mais inteligente, por natureza, tornar-se-ia o mais forte. Mas tendo em vista que a instrução das classes estatistas progride constantemente, a força mais natural da inteligência do

povo perde todo o seu sentido. O que é a instrução senão o capital cerebral, a soma dos trabalhos intelectuais do conjunto das gerações passadas? Onde se viu um espírito inculto, por mais potente que seja por natureza, sobrepujar-se num enfrentamento com uma força intelectual coletiva formada em séculos? Eis por que se vê freqüentemente um homem do povo inteligente capitular ante um imbecil que recebeu instrução. O imbecil domina-o não por seu próprio espírito, mas por aquele adquirido com os outros. Isso, por sinal, só acontece quando um mujique inteligente choca-se contra um imbecil instruído sobre questões que ele não conhece. Em seu próprio terreno, lá onde nada lhe escapa, o mujique é capaz de vencer uma dezena, uma centena de imbecis cultos. Mas a infelicidade é que, por causa da ignorância, a área do pensamento popular é das mais restritas. O mujique inteligente vê raramente mais distante que sua aldeia, enquanto o ser mais limitado, tendo recebido a instrução, está habituado a abarcar, por seu pequeno espírito, os interesses e a vida de países inteiros. A ignorância impede sobretudo o povo de tomar consciência da solidariedade universal que é a sua, de sua imensa força numérica; ela impede-o de *unir-se* e organizar a revolta contra o roubo e a opressão organizados: contra o Estado.

Todo Estado sensato e prudente recorrerá desde logo a todos os meios possíveis e imagináveis para manter intacta no povo essa preciosa ignorância so-

bre a qual repousam sua própria existência e toda a sua potência.

Assim como no Estado o povo está consagrado à ignorância, assim também as classes estatistas são chamadas, por sua própria situação, a fazer avançar a civilização estatista. Até aqui a história não conheceu outra civilização senão a civilização de classe. O verdadeiro povo, aquele dos trabalhadores, não foi até o presente para essa civilização senão um instrumento e uma vítima. Por seu duro e cruel labor, ele cria a matéria do progresso social que, por sua vez, aumenta cada vez mais a dominação das classes estatistas, e traz-lhe, à guisa de recompensa, a miséria e a servidão.

Se a instrução de classe avançasse constantemente e se a consciência popular fosse colocada na impossibilidade de desenvolver-se minimamente, a escravidão do povo nunca teria fim; em contrapartida, a cada nova geração, essa escravidão tornar-se-ia mais profunda. Muito felizmente as classes nem sempre avançam, e o povo não permanece imóvel. No núcleo da instrução de classe, há um verme, de início apenas perceptível, mas que cresce com ele e que acabará por devorá-lo completamente. Esse verme nada mais é que os privilégios, a mentira, a exploração e a opressão do povo, todas essas coisas que são a própria essência de todo regime de classe e, desde logo, de toda a consciência que dele resulta igualmente.

Nos primeiros tempos heróicos da vida de classe, tudo isso se faz pouco sentir e tem-se ainda menos consciência disso. O egoísmo de classe está oculto no começo da história pelo heroísmo daqueles que se sacrificam não pelo bem do povo, mas em proveito e pela glória da classe que, a seus olhos, constitui todo o povo, e fora da qual eles só vêem inimigos e escravos. Tais foram os famosos republicanos da Grécia e de Roma. Mas os tempos heróicos passam rápido e dão lugar a tempos de prazeres e fruições prosaicas quando os privilégios surgem sob seu verdadeiro aspecto, engendrando o egoísmo, a covardia, a baixeza e a estupidez. Pouco a pouco, a energia de classe cai em decrepitude e degenera em corrupção e impotência.

Nesse período de declínio da classe, aparta-se uma minoria composta de homens não corrompidos ou menos corrompidos, homens ativos, inteligentes e generosos, que fazem passar a verdade antes de seus próprios interesses, e que sonham com os direitos do povo reduzidos a nada pelos privilégios de classe. De hábito, eles começam por tentar em vão despertar a consciência na classe a que pertencem pelo nascimento; depois, dando-se conta da insignificância de seus esforços, afastam-se dela, repudiam-na e tornam-se apóstolos da emancipação e da revolta do povo. Tais foram nossos decembristas.

Se os decembristas fracassaram, foi por duas razões maiores. Em primeiro lugar, eram, apesar de tudo, nobres, e não tendo qualquer contato com o

povo, conheciam mal suas necessidades. Em segundo lugar, por esta mesma razão, eles não souberam aproximá-lo, suscitar nele o entusiasmo e a fé; dirigiram-se a ele com uma linguagem, a sua, que não exprimia os pensamentos do povo, mas os seus. Os verdadeiros guias da emancipação do povo não podem ser senão homens emanados de seu seio. Mas de que maneira podem formar-se os emancipadores emanados das profundezas da ignorância popular?

À medida que a inteligência e a energia das classes declinam, cresce a inteligência do povo, depois sua força. No povo, qualquer que seja a lentidão da evolução, e ainda que a instrução pelo livro seja-lhe inacessível, o avanço nunca pára. Ele tem para si dois livros de cabeceira nos quais não cessa de aprender: o primeiro, é aquele de sua amarga experiência, de sua miséria, de sua opressão, de suas humilhações, de sua espoliação e dos sofrimentos que lhe infligem cotidianamente o governo e as classes; o segundo, é aquele da tradição, viva, oral, transmitida de geração a geração, e tornando-se cada vez mais completa, mais sensata e mais vasta. Abstração feita de três raros momentos em que o povo, cansado de sofrer, entra em cena com seu próprio movimento, ele foi até aqui, em todos os Estados, mais espectador do que ator do drama histórico; e quando lhe acontecia de ser ator, era um pouco esses figurantes que fazem subir ao palco para ali representar a tropa ou a multidão. Nas lutas que os clãs sociais travavam en-

tre si, o povo, isso é óbvio, sempre foi chamado em socorro, e cada um desses clãs, enquanto precisava dele, prometia-lhe, evidentemente, todos os bens da terra; mas tão logo acabava a luta pela violência de tal ou qual clã ou por um arranjo entre eles, essas promessas eram evidentemente esquecidas; mais ainda, o povo devia pagar para um e outro clã por seus estragos. A reconciliação ou a vitória não era possível de outra forma senão às suas custas. De resto, não podia ser diferente; e será assim enquanto as condições políticas e econômicas da vida social não tiverem mudado fundamentalmente.

Sobre o que podem discutir os clãs sociais? Unicamente riqueza e poder. O que são a riqueza e o poder senão dois aspectos inseparáveis da exploração do labor do povo e de sua força desorganizada? Todos os clãs sociais só são ricos e poderosos pela riqueza e pela força roubadas do povo. Assim, a derrota de um clã é ao mesmo tempo aquela de uma parte da força popular. As destruições e a ruína significam sempre a ruína de uma porção análoga das riquezas do povo. Quanto à vitória e ao enriquecimento do clã que sobrepujou, não apenas nada proporciona ao povo, mas ainda agrava sua situação: em primeiro lugar, porque ele é sempre o único a pagar pela luta; em segundo lugar, porque o clã vitorioso, não tendo rival na exploração da vida e da força do povo, põe-se a explorar este último ainda com mais energia e impudência do que nunca.

É a experiência feita por todas as massas populares desde o começo da história; e o povo, esse eterno aluno, só chega, enfim, à consciência positiva e à clara noção das coisas por meio dessas experiências das quais cada uma valeu-lhe Deus sabe quanto sofrimento, ruína e sangue.

Na base de todos os problemas históricos, nacionais, religiosos e políticos, sempre houve para o mundo do trabalho, bem como para todas as classes, e, inclusive, para o Estado e a Igreja, o *problema econômico*, o mais importante, o mais vital de todos. A riqueza sempre foi, e é ainda hoje, a condição necessária de tudo o que é humano: o poder, a força, a inteligência, o saber, a liberdade. Isso é tanto mais verdadeiro porque a Igreja ideal entre todas, a Igreja cristã, que pregava o desdém por todos os bens daqui de baixo, pôs-se com toda a sua energia, tão logo venceu o paganismo e, sobre as ruínas deste último, erigiu seu poder, a adquiriu a riqueza. O poder político e a riqueza são inseparáveis. Aquele que é poderoso possui todos os meios de adquirir a riqueza e deve adquiri-la, pois, sem ela, não conservaria por muito tempo o poder. Quem é rico deve forçosamente ser poderoso, pois se a força não estiver do seu lado, aquele que a tiver o despojará. Em todos os tempos e em todos os países, o mundo do trabalho foi impotente porque ele estava na miséria, e permanecia miserável porque não tinha força organizada. Pode-se, desde logo, surpreender-se com o fato de que em to-

dos os problemas possíveis e imagináveis ele tenha visto e continue a ver antes de tudo e sobretudo o *problema econômico*, o problema do pão cotidiano?

O povo laborioso, essa eterna vítima da civilização, esse mártir da história, está longe de ter tudo visto e compreendido desse problema como o compreende e o vê hoje; em contrapartida, ele sempre o sentiu com a mesma intensidade; e pode-se dizer que entre todos os problemas históricos, que se chamou até aqui para prestar uma assistência mais ou menos passiva, o problema econômico é o único que ele sentiu em todas as suas necessidades e esforços instintivos, no plano religioso bem como no plano político, e que buscou resolver. Não importa qual povo tomado em seu conjunto e não importa qual trabalhador emanado do povo é *socialista* por causa de sua condição. E essa maneira de ser socialista é infinitamente mais séria do que aquela dos que, em razão de todas as vantagens que lhes valia seu pertencimento às classes superiores da sociedade, vieram às convicções socialistas pelo canal da ciência e do pensamento.

Não desprezo absolutamente a ciência e o pensamento. Sei que é sobretudo graças a eles que o homem distingue-se de todos os outros animais, e considero uma e outro como os únicos faróis de todo progresso humano. Mas sei ao mesmo tempo que, assim como as estrelas, esses faróis iluminam fracamente quando não estão em harmonia com a vida; sei, digo,

que a verdade que eles difundem torna-se impotente e estéril quando ela não se apóia na verdade tal como existe na vida. Contradizer essa verdade condena frequentemente a ciência e o pensamento à mentira, aos sofismas e ao serviço da mentira, ou, ao menos, a uma vergonhosa covardia e à inação. Nem a ciência nem o pensamento têm existência à parte, no abstrato; eles só encontram sua expressão no indivíduo; todo homem ativo é um ser indivisível que não pode simultaneamente buscar uma verdade rigorosa em teoria e morder os frutos da mentira na prática. Em todo socialista, inclusive o mais sincero, que pertence — não por seu nascimento (o que ainda não significaria nada, pois, quantas mudanças podem produzir-se nele depois de seu nascimento!), mas por sua condição real — a alguma classe de privilegiados que seja, isto é, às classes exploradoras, descobriréis infalivelmente essa contradição entre o pensamento e a vida; essa contradição decerto o paralisará, o reduzirá mais ou menos à impotência, e ele não poderá tornar-se um socialista verdadeiramente sincero e ativo senão rompendo resolutamente *todos os seus laços* com o mundo dos privilegiados e dos exploradores, e renunciando a todas as vantagens que esse mundo confere.

O trabalhador não deve renunciar ao que quer que seja, nem a separar-se disso ou daquilo: ele é *socialista* por sua condição. Eternamente pobre, humilhado e oprimido, é por instinto e de fato o represen-

tante natural de todos os miseráveis, dos humilhados e oprimidos; ora, o que é a questão social senão aquela da emancipação definitiva e integral de todos os miseráveis, dos humilhados e oprimidos? A diferença fundamental entre um socialista instruído, pertencendo, ainda que fosse só por sua instrução, às classes estatistas, e um socialista inconsciente emanado do mundo do trabalho, reside justamente no seguinte: o primeiro, ainda que o desejando, jamais poderá tornar-se inteiramente socialista, enquanto o segundo, embora profundamente socialista, não suspeitará nem saberá que a ciência social existe e, inclusive, nunca terá ouvido pronunciar a palavra socialismo. Um sabe, mas não é; o outro é, mas não sabe. O que é melhor? Na minha opinião, *ser*. Partir de uma idéia abstrata apartada da vida e não apoiada por uma necessidade vital, para desembocar na vida é, por assim dizer, impossível. Quanto à possibilidade de passar do ser ao pensamento, ela é provada por toda a história, precisamente pela história do mundo do trabalho.

Toda a questão social reduz-se a um problema dos mais simples. Em toda a parte e sempre as massas populares foram até aqui consagradas à miséria e à servidão. Em toda a parte e sempre elas formam, comparadas à minoria dos opressores e exploradores, a imensa maioria. É preciso dizer que a força numérica sempre esteve, como hoje, de seu lado. Por que, então, não se serviram dela até agora para livrar-se de um jugo ruinoso e execrável? Pode-se imaginar que

houve uma época em que elas amavam esse jugo, que ele não lhes pesava? Seria contrário ao bom senso, uma coisa contranatural. Tudo o que vive aspira ao bem-estar e à liberdade; e para odiar seu opressor ou seu ladrão não é preciso absolutamente ser um homem, basta ser um animal. Assim, a longa paciência das massas explica-se por outras razões.

Uma das principais é, sem qualquer dúvida, a ignorância do povo. Em consequência dessa ignorância, o povo não se concebe em absoluto em suas profundezas como uma massa solidária e onipotente pelo próprio fato de sua solidariedade; ele está dividido pela idéia que faz de si mesmo, assim como está dividido na vida por tudo que o oprime. Essa dupla divisão é a principal causa de sua impotência cotidiana. Por causa dessa divisão no povo ignorante ou se encontrando ao mais baixo nível da instrução ou da experiência coletiva histórica, cada indivíduo, cada comunidade rural, cada cantão vê nas desgraças e nas perseguições que o assaltam algo de pessoal ou particular, e não um fenômeno geral que concerne a todos ao mesmo tempo e, assim, deve reuni-los numa única ação, numa única resistência, numa única causa comum. Ora, é o contrário que se passa: a região tem os olhos fixados na região, a comunidade na comunidade, a família na família, e o indivíduo no indivíduo, como num inimigo pronto a persegui-lo e despojá-lo; e enquanto durar esse isolamento recíproco, é fácil a qualquer clã, classe ou poder de Es-

tado, mesmo bem pouco organizado, representando uma quantidade relativa, e até mesmo ínfima de indivíduos, aterrorizar, enganar e perseguir milhões de trabalhadores miseráveis.

A segunda razão, ela também consequência direta dessa mesma ignorância, é que o povo não vê nem conhece as principais fontes de suas infelicidades; e bem amiúde direciona seu ódio contra os efeitos da causa e não contra a própria causa, a exemplo do cão que freqüentemente morde o bastão e não a mão que o golpeia. Por essa razão, os governos, as castas, os partidos que até aqui fundaram sua existência na mistificação do povo, puderam com muita facilidade enganar essa vítima de todos os Estados e de todo sistema estatista. Ignorando as verdadeiras causas de seus males, o povo não podia evidentemente conhecer as vias e os meios para livrar-se deles; e avançava tateando, melhor ainda, deixava-se conduzir por um falso caminho; buscando o bem-estar lá onde não existia nem podia existir, entregava-se por si mesmo, sem sabê-lo, a seus exploradores e opressores.

Assim, as massas populares, movidas pela mesma necessidade social de melhorar sua existência e livrar-se de um insuportável jugo, deixavam-se levar de um fantasma religioso ou de um regime político, instaurado pelo perseguidor, a outro que lhes reservava as mesmas perseguições e, amiúde, ainda piores — tal um homem atormentado pela enfermidade, que se vira, ora para um lado, ora para o outro, na espe-

rança de se sentir melhor, e que constata que toda vez que ele se vira seu mal piora.

Eis o que foi até agora a história do mundo do trabalho em todos os países. A história é impiedosa, atroz, odiosa; ela é capaz de levar ao desespero todos aqueles que buscam nela a justiça humana. E, ainda assim, não se deve cair no desespero. Por mais pavorosa que ela seja, não se poderia dizer que a história transcorreu em vão e não trouxe o menor benefício. O que fazer se, por natureza, o homem é condenado a abrir caminho por entre os horrores e os sofrimentos para passar das trevas à razão e de sua animalidade à sua humanidade! Após uma longa seqüência de erros históricos e seus inseparáveis males, as massas ignorantes pouco a pouco aglomeraram-se. Foi necessário que pagassem com suor, sangue, miséria, fome, trabalho servil, sofrimentos e hecatombes todo movimento no qual as arrastava sua minoria de exploradores. Na falta de livros, que elas não teriam sabido ler, foi sobre sua própria pele que a história foi escrita. Tais lições não se as esquece. Pagando tal preço por toda nova crença, esperança ou erro, as massas populares chegam, malgrado asneiras históricas, à razão.

Uma amarga experiência ensinou-lhes a conhecer a insignificância de todas as crenças religiosas, de todos os movimento políticos e nacionais. Depois disso, a questão social colocou-se pela primeira vez em termos claros e precisos ao seu entendimento; única questão que corresponde a seu instinto

primitivo e ancestral, ela lhe foi ocultada durante séculos, desde o começo da história do Estado, pela cortina religiosa, política e patriótica. Essa cortina desapareceu e a Europa inteira está hoje cara a cara com a questão social.

Em toda a parte as massas populares começam a compreender a causa real de todos os seus males, a compreender, digo, sua solidariedade e a comparar seu número incalculável com o número ínfimo de seus despojadores seculares... Ora, se elas já alcançaram esse grau de consciência, o que as impede de emancipar-se desde já?

A falta de organização, a dificuldade de concertar-se e entender-se.

Vimos que, em toda sociedade historicamente evoluída, por exemplo em todos os Estados europeus de hoje, a massa dos indivíduos está dividida em três categorias:

Uma massa que forma uma imensa maioria desorganizada, *explorada*, mas não *exploradora*;

Uma minoria relativamente importante que engloba *todas as classes estatistas* e que, a graus variados, é simultaneamente exploradora e explorada, opressora e oprimida;

Enfim, uma bem pequena minoria de exploradores e opressores completamente conscientes e de acordo entre si, a *alta classe governamental*.

Vimos que, à medida que se forma e se desenvolve a maioria que constitui as classes estatistas,

essa maioria transforma-se numa massa semi-instintiva, melhor, organizada de modo estatista, mas que não realizou sua união e não age nem avança de modo consciente; de tal modo que, ante a massa dos trabalhadores nulamente organizada, ela continua a desempenhar seu papel de explorador, mas explora o povo não mais segundo um plano de classe preestabelecido ou em função de um acordo, mas segundo o costume e o direito tradicional e jurídico crendo, em sua maioria, na legitimidade e na santidade desse direito; mas, ao mesmo tempo, ante a oligarquia governamental voluntariamente coligada, ela faz mais ou menos figura passiva de explorada e de vítima. Mas tendo em vista que a maioria de classe, embora insuficientemente organizada, tem, contudo, infinitamente mais riqueza, mais liberdade de movimento, mais instrução e todos os meios necessários para fazer complôs e organizar-se do que o mundo do trabalho. Freqüentemente aconteceu que sedições eclodissem no seio das classes majoritárias, e que os sediciosos, depois de terem vencido o governo, instalavam um outro, o deles, em substituição. Tais foram até aqui todas as revoluções palacianas que a história registrou.

Nada de bom, evidentemente, podia resultar para o povo dessas sedições e revoluções. As sedições das classes majoritárias são motivadas pelas humilhações que elas próprias sofreram e não pelas humilhações do povo; elas perseguem os objetivos das classes

privilegiadas e não os objetivos do povo. Quaisquer que tenham sido os conflitos entre as classes, ou suas sedições contra o poder estabelecido, nenhuma das revoluções de classe teve e podia ter por objeto a abolição dos fundamentos econômicos e políticos do Estado, fundamentos que tornam possível a exploração das massas miseráveis de trabalhadores, quer dizer, a própria existência das classes e de seu regime. Por mais revolucionário que tenha sido o estado de espírito das classes e qualquer que tenha sido o ódio que elas tinham por tal ou qual forma de estatismo, o Estado é para elas algo sagrado: a integridade do Estado, seu poder, todos os seus interesses são em uníssono vistos por elas como altamente legítimos. O patriotismo, isto é, o sacrifício de si, de sua pessoa e de seus bens, por objetivos estatistas, sempre foi considerado até aqui por ela como a mais elevada virtude.

Eis por que nem mesmo uma única revolução, por mais violenta e audaciosa que tenha podido ser em seus atos, ousou levar a mão sacrílega sobre a arca sagrada do Estado: e tendo em vista que sem organização, sem administração, sem exército e um número relativamente importante de pessoas investidas da autoridade, ou seja, sem *governo*, nenhum Estado é possível, todo governo derrubado sempre foi substituído por um outro mais simpático ou mais útil às classes vitoriosas.

Todavia, por mais simpático e útil que seja às classes majoritárias, o novo governo, uma vez passada

sua lua de mel, atrairá para si fatalmente sua cólera. Pois é tal a natureza de toda autoridade que ela a condena a fazer o mal. E não falo do mal crônico do povo: o Estado, esse bastião das classes, e o governo que, como defensor dos interesses do Estado, infalível e indubitavelmente, e qualquer que seja sua forma, é sempre para o povo uma calamidade. Falo do mal que golpeia as próprias classes, para o bem exclusivo das quais a existência de um Estado e de um governo é necessária; ora, qualquer que seja essa necessidade, o Estado pesa sempre enormemente sobre elas; e conquanto servindo seus interesses primordiais, ele as explora e oprime, evidentemente, em medida menor do que explora e oprime o povo.

Um governo que não abusa de seu poder, que não oprime, que não pratica o favoritismo nem o roubo, que só age no interesse geral das classes e não as esquece bem amiúde para a satisfação exclusiva daqueles que estão à sua frente, um governo desse tipo, digo, é a quadratura do círculo, um ideal irrealizável, pois é contrário à natureza do homem. Ora, a natureza do homem, de todo indivíduo, é tal que se vós lhe derdes a mínima autoridade sobre vós, ele certamente vos oprimirá; e se o puserdes numa situação privilegiada, se o subtraídes da igualdade, fareis dele um canalha. A igualdade e nada de autoridade, tais são as únicas condições da moralidade de todo indivíduo. Tomai o mais tenaz revolucionário e dai-lhe o trono de todas as Rússias, ou o poder

ditatorial com o qual sonham todos os nossos jovens inexperientes e pretensiosos da revolução, e no intervalo de um ano esse revolucionário será pior que Aleksandr Nikolaevitch.

Há muito tempo as classes estatistas estão convencidas disso e, inclusive, extraíram dessa moral tornada proverbial: “*o governo é um mal necessário*” — necessário, uma vez mais para elas, é óbvio, mas de modo algum para o povo, para quem o Estado, em nome do qual um governo é indispensável, é um mal, não necessário, mas funesto. Se as classes pudessem prescindir de governo e só conservar o Estado, isto é, a possibilidade e o direito de explorar o labor do povo, está claro que elas não pensariam em substituir um governo por outro. Mas a experiência histórica (por exemplo, o fim lamentável da República nobiliária da Polônia) mostrou-lhes que um Estado não pode existir sem governo, que a ausência de um governo engendra a anarquia e a anarquia conduz à destruição do Estado, isto é, à subjugação de um país por um outro Estado, como aconteceu com a infeliz Polônia, ou à emancipação total de todos os trabalhadores e à abolição das classes como logo acontecerá, esperemo-lo, em toda a Europa.

Para atenuar na medida do possível os males sociais que todo governo fatalmente engendra, as classes estatistas imaginaram diversas formas de regime e constituição que, hoje, condenam os Estados europeus à balançar entre a anarquia de classe e o

despotismo governamental; o edifício do Estado é a tal ponto estremecido que até mesmo velhos como nós podem esperar ser testemunhas e auxiliares de sua liquidação definitiva. Mas, sem dúvida alguma, quando a hora da destruição soar, a imensa maioria daqueles que pertencem às classes estatistas, cerrarão fileiras, por mais odiosas que sejam para eles os governos existentes, com estes últimos, e os defenderão contra o mundo desenfreado do trabalho a fim de salvar o Estado, pedra angular de seu regime de classe.

Por que um governo é necessário à manutenção do Estado? Porque nenhum Estado pode existir *sem complô permanente*, dirigido, isso é óbvio, contra as massas laboriosas, em nome da subjugação e da espoliação das quais todos os Estados, sem exceção, existem; e em cada um deles, o governo não é outra coisa senão o complô permanente da minoria contra a maioria espoliada e subjugada pela dita minoria. A própria natureza do Estado mostra claramente que jamais houve e não pode haver organização estatista que não seja profundamente oposta aos interesses do povo e contra a qual as massas populares, conscientemente ou não, nutrem um ódio profundo. Porquanto as massas ainda são tão pouco evoluídas, elas não só não se insurjem contra o Estado, mas chegam, segundo parece, até a cercá-la de respeito e amor; elas esperam dele a justiça e o castigo, dando assim a impressão de ser penetradas de sentimentos patrióticos.

Mas examinai de perto a atitude real de qualquer povo, mesmo o mais patriota, em relação a seu Estado e vereis que ele não ama e não venera nele senão a idéia que faz dele e não seu comportamento. Sua verdadeira natureza, na medida em que esta toca-o verdadeiramente de perto, o povo sempre a detesta e está pronto a qualquer momento a aniquilá-la, desde que a força organizada do governo não faça obstáculo a isso.

Vimos que, quanto mais a minoria exploradora, a minoria de classe, cresce no Estado, menos ela se torna apta a assumir sua gestão. A multiplicidade e a diversidade dos interesses de classe engendram divergências e estas provocam, por sua vez, a desordem, a anarquia, o enfraquecimento da organização estatista necessária à manutenção do povo espoliado na obediência. Por isso o interesse de todas as classes sem exceção exige absolutamente que no seio destas forme-se uma minoria *governamental* ainda mais coerente, capaz, em razão de seu pequeno número, de *entender-se*, organizar-se e organizar a força do Estado em proveito das classes e contra o povo.

Todo governo tem um duplo objetivo: o primeiro, essencial e claramente proclamado, é a salvaguarda e o reforço do Estado, da civilização e da ordem pública, isto é, a dominação sistemática e legal das classes sobre o povo por elas explorado. O segundo, quase tão importante quanto o primeiro aos olhos do governo, conquanto não se o confesse de

bom grado, é a proteção de seus privilégios particulares e da *oligarquia que o compõe*. O primeiro objetivo concerne ao interesse geral das classes privilegiadas; quanto ao segundo, ele não vai além da vaidade e dos privilégios pessoais dos governantes. Por seu primeiro objetivo, o governo só entra em conflito com o povo; pelo segundo, ele vai simultaneamente contra o povo e contra as classes; e há, inclusive, na história dos períodos nos quais, para alcançar esse objetivo, o governo torna-se ainda mais hostil às classes privilegiadas do que ao povo. Isso ocorre quando as classes, descontentes, buscam derrubá-lo ou enfraquecer sua autoridade. Então, o instinto da conservação obriga-o, às vezes, a perder de vista seu primeiro objetivo que é, no entanto, sua razão de ser, ou seja, a defesa do Estado ou a dominação das classes, e os privilégios contra o povo revoltado. Mas esses períodos não duram muito tempo, pois o governo, qualquer que seja, não pode existir sem as classes, e estas sem o governo. Por falta de outra coisa, este último funda uma classe burocrática, do tipo da nobreza russa de nossos dias.

Toda a tarefa do governo reduz-se ao seguinte: por que meios de organização, os mais reduzidos e os mais eficazes, e com que forças extraídas do povo, manter este último na submissão e conservar a ordem; e, ao mesmo tempo, como, de um lado, preservar a independência, não digo do povo, de que não poderia ser questão, mas de seu Estado contra os

objetivos ambiciosos das potências vizinhas; e como, por outro lado, ampliar as possessões do Estado às expensas das ditas potências. Em resumo, a guerra no interior, a guerra no exterior, eis o que é a vida de um governo.

Este necessita armar-se até os dentes e estar constantemente em guarda contra os inimigos interiores e exteriores. Ele próprio respirando a perseguição e a mentira, não pode fazer nada além de ver em cada indivíduo, tanto dentro como fora, um inimigo, e fazer complôs contra todo o mundo.

Mas o ódio que se consagram mutuamente os Estados e os governos que os dirigem, não poderia ser comparado àquele que nutre cada um deles contra o povo laborioso; e, assim como duas classes privilegiadas que se fazem guerra estão prontas a esquecer sua inimizade irreduzível ante a revolta da massa laboriosa, assim também dois Estados e governos diretamente em oposição estarão prontos a estender as mãos tão logo ecloda num deles a revolução social. Para todos os governos, os Estados e as classes, quaisquer que sejam a forma e o pretexto, e pouco importa em nome de quem, a submissão do povo e sua manutenção em servidão é a questão que prima entre todas as outras, pois é uma questão de vida ou de morte para tudo o que hoje se chama civilização ou civismo.

Para alcançar esse objetivo, tudo é permitido. O que na vida privada denomina-se infâmia, baixeza, crime, torna-se para os governos nobreza, virtude,

dever. Maquiavel tinha mil vezes razão ao dizer que a existência, a prosperidade e a força de *todo* Estado, seja monarquista ou republicano, são fundadas no crime. A vida de todo governo é por necessidade uma seqüência ininterrupta de baixezas, infâmias e atos criminais contra todos os povos estrangeiros, e sobretudo contra seu próprio povo laborioso. Há aí um complô permanente contra o bem-estar do povo e sua liberdade.

A ciência governamental formou-se e aperfeiçoou-se durante séculos. Não creio que se possa qualificar-me de exagerado se eu a qualifico de ciência da grande escroqueria de Estado, ciência regulada durante a luta incessante de todos os Estados presentes e passados e na base de sua experiência. Essa ciência é a arte de despojar o povo de tal modo que ele o sinta o menos possível e não lhe deixar o mínimo excedente, pois todo excedente dar-lhe-ia uma força suplementar; é também a arte de não lhe retirar o que é estritamente necessário à sua miserável existência e à produção contínua das riquezas³; é a arte de recrutar no povo soldados e organizá-los por meio de uma disciplina factícia e formar um exército, força fundamental do Estado destinada a reprimir o povo e abatê-lo; é a arte, digo, de repartir inteligente e racionalmente algumas dezenas de milhares de solda-

³ Sejamos gratos ao nosso governo por respeitar tão mal essa regra de ouro.

dos nos pontos importantes do território, de manter no temor e na submissão milhões de indivíduos, cobrir países inteiros de uma vasta rede burocrática, e como, paralelamente a essas instituições, a essas regulamentações e medidas burocráticas, engabelar, dissociar e reduzir à impotência as massas populares de modo que elas não possam nem se concertar, nem se unir, nem se movimentar, que elas permaneçam sempre numa ignorância relativa, salutar para o governo, para o Estado e para as classes privilegiadas, bem como apartada de toda nova idéia e de todo homem ativo.

Tal é o único objetivo de todo sistema governamental e do complô permanente do governo contra o povo. E esse complô que o mundo considera legítimo e do qual nem mesmo se dão ao trabalho de dissimular os efeitos e dissociar-se dele, estende-se, no exterior, a toda a atividade diplomática, e, no interior, a toda a administração, seja ela militar, civil, policial, judiciária, financeira, universitária ou religiosa.

Contra essa gigantesca organização que dispõe de todas as armas possíveis e imagináveis, morais e materiais, lícitas e ilícitas, e podendo contar, se necessário, com o apoio unânime ou quase, de todas as classes estatistas, o povo miserável deve combater; é verdade, ele é incontável por comparação, mas desarmado, ignorante e faltando completamente de organização! A vitória é possível? Ou só a luta é possível?

Não há dúvida de que o povo despertou, que ele enfim tomou consciência de sua miséria e de suas causas. Mas ainda é pouco, é preciso força. É verdade, há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo, incluindo aquela das classes; todavia, por falta de organização, a força espontânea não é uma força real. Ela não está em condição de sustentar uma longa luta contra forças muito mais fracas mas bem organizadas. Sobre essa incontestável superioridade da força organizada sobre a força elementar do povo, repousa todo o poder do Estado.

Eis por que a primeira condição da vitória do povo é *a união* ou *a organização das forças populares*.

Essa organização opera-se hoje na Europa graças à *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Vejamos de que maneira ela pode ser executada na Rússia.

* * *

A concepção dos doutrinários revolucionários e dos positivistas, para cujas fileiras passaram hoje os doutrinários mais capazes e mais instruídos, está sobretudo fundada nas três regras seguintes:

1. "Todo povo tem o governo que, consoante seu grau de instrução, pode ter;
2. "Todo governo é a expressão direta da soma ou da conjunção das necessidades do povo;
3. "Todo governo é o produto do equilíbrio que se estabeleceu entre as diversas forças sociais".

Os doutrinários deduzem de tudo isso que, enquanto num dado país o grau de instrução, a tendência das necessidades populares e o equilíbrio das forças sociais não evoluírem, o governo não pode sofrer mudanças.

Quanto ao primeiro ponto, constato que a expressão “instrução do povo” é das mais ambíguas. Com efeito, de qual instrução se trata? Da instrução pelo livro ou pela experiência histórica? Se se trata apenas da primeira, que não nos venham falar de instrução popular, mas de instrução para as classes. Em todos os Estados da Europa e, inclusive, nos Estados Unidos, a instrução do povo pelo livro é hoje quase nula. Até mesmo na Inglaterra e na França (e não falamos da Itália, da Espanha, da Turquia européia, da Hungria, da Áustria, da Polônia e da Rússia), a maior parte das massas populares não sabe ler nem escrever. Na Alemanha do Norte e do Sul, uma importante fração dessas massas lê, escreve, aprende o catecismo e sabe contar; na Suíça, e mais ainda nos Estados Unidos, são acrescentadas a isso, com o catecismo republicano, algumas noções geográficas e grandes fatos históricos. Ora, pergunto-vos, pode-se dizer, por exemplo, que na Alemanha as massas populares são politicamente mais desenvolvidas do que na França ou na Inglaterra? Absolutamente não. Direi, ao contrário, que, exceção feita dessas centenas de milhares de operários e camponeses alemães que emigraram para a América e que, em consequência dessa mudança de país e de meio, receberam,

segundo parece, um novo fôlego e uma nova orientação, o desenvolvimento e o senso políticos do povo alemão, malgrado seu grau relativo de instrução, são bem inferiores àqueles do povo iletrado da França e da Inglaterra.

Enfim, o fato de saber maquinalmente ler, escrever e contar, mesmo se acrescentarmos essa coisa inepta e corruptora que é o catecismo, representa uma instrução real da qual se possa realmente falar? Basta que se queira comparar esse magro saber com a soma de conhecimentos que nas altas esferas é hoje exigida de toda pessoa, ao menos um pouco instruída, para ver que o saber do povo, mesmo nos países mais avançados do mundo, alcança zero. Do ponto de vista dos conhecimentos livrescos, o homem do povo mais inteligente aparentará um simplório comparado ao primeiro jovem inexperiente e pretensioso recém-saído da universidade, comparado a qualquer imbecil diplomado. Por esse motivo, aqueles que tomam por critério da capacidade política do povo seu grau de instrução, devem acabar por se convencer de que nenhum povo no mundo ainda está em condição de dirigir-se a si mesmo e que cabe às classes instruídas governá-lo. Ora, tendo em vista que nenhum governo, nem uma única das classes estatistas tem a vontade nem o tempo de ocupar-se seriamente da instrução do povo; visto que, ao contrário, elas têm boas razões para não desejar absolutamente isso, pois a instrução do povo teria fatalmente

por conseqüência pôr fim a seu poder; e, enfim, tendo em vista que o próprio povo, em conseqüência de seu tipo de ocupação e de sua condição atual, não tem nem os meios, nem o tempo, nem mesmo o desejo de possuir a ciência que o livro ensina, a conclusão que se impõe é que as massas populares nunca se libertarão do jugo das classes privilegiadas, o que importava demonstrar situando-se do ponto de vista do doutrinário livresco.

Avancemos. Se se faz da instrução pelo livro o critério da aptidão a governar, chega-se a um estranho resultado. Com efeito, se considerarmos o conjunto das classes ditas instruídas, encontraremos nelas muitas pessoas tão cultas, isto é, que acumularam e compreenderam o que lhes ensinaram e que assimilaram? A maioria dessas pessoas é constituída de papagaios falastrões, e por seus diplomas, mandarins chineses. E, por sinal, é verdade que essa ciência representa um progresso, que ela lhes dá a capacidade e o direito de governar? Assim, haverá em toda a Europa no máximo algumas centenas de indivíduos aptos a dirigir os negócios do mundo! Mas, primeiramente, os imbecis instruídos que saem das classes estatistas nunca desejarão admiti-lo, e mesmo se o admitissem, as pessoas capazes não tardariam a tornar-se imbecis como eles, pois todo poder exclusivo, e com mais razão toda autoridade, fundado num diploma universitário, tem o dom de fazer de boas pessoas, brutos; e de seres inteligentes, imbecis.

É verdade, se a instrução do povo fosse a condição prévia de sua emancipação, todos os povos, sem exceção, estariam então condenados a uma servidão sem saída e sem fim: permaneceriam na ignorância, em razão de sua servidão, e nessa servidão, em razão dessa ignorância.

Mas muito felizmente os povos instruem-se e desenvolvem-se, como vimos, menos pelo livro do que pela ciência da experiência histórica, por séculos de existência e provações. Se é isso que se entende por “instrução do povo”, então, estarei completamente de acordo quanto ao *primeiro ponto* com os senhores doutrinários. Entretanto, partindo desse critério, *considerado nessa acepção*, certamente não chegaremos aos resultados aos quais esses doutrinários *instintivamente* aspiram, a saber: *a dominação da doutrina, da ciência sobre a vida; a dominação de uma intelligentsia sapiente sobre a sociedade.*

Com efeito, do grau de instrução do povo embasada na experiência histórica depende sua aptidão a emancipar-se racionalmente. O povo que ainda não viveu historicamente, que ainda está, por exemplo, no estágio da antropofagia, nada compreenderia se fossem falar-lhe de solidariedade de todos os trabalhadores da terra, da necessidade de abolir o jugo da propriedade e do capital, de destruir todos os Estados e a civilização das classes estatistas. Desnecessário dizer que se fôssemos manter a *mesma linguagem* com o homem do povo francês, ou inglês, ou alemão,

inteligente mas iletrado, ele não vos compreenderia melhor. Ora, dissei-lhe a mesma coisa, mas em termos menos abstratos, com palavras simples aplicando-se à sua existência cotidiana, então ele decerto vos compreenderá, e até mesmo com mais profundidade, de uma maneira mais viva e mais completa do que vós próprios compreendeis. Ele vos compreenderá porque tudo o que parece ser abstrações harmonizar-se-á com suas paixões, formadas historicamente por seu instinto; encontrará mil confirmações em sua experiência cotidiana e histórica; dará uma resposta às aspirações que mais torturam seu espírito e seu coração; prometerá para breve o fim de suas infelicidades, de suas humilhações, de seus sofrimentos; corresponderá, enfim, digo, à idéia que ele se faz da justiça e de uma ordem social digna desse nome. Dai-vos ao trabalho de conversar com ele seriamente, ajudai-o tanto quanto necessário, mas não mais, a exprimir seus sentimentos íntimos, suas aspirações e suas necessidades vitais, e perceberéis que ele é mais séria e profundamente socialista do que vós. A experiência cotidiana convenceu-me de que, sob esse aspecto, as massas populares não estão pervertidas pela instrução pequeno-burguesa nem corrompidas pelos interesses da pequena burguesia; que estão não a reboque, mas à frente de todas as classes ditas instruídas.

Digo-o com toda segurança, e isso se aplica não apenas aos trabalhadores franceses, alemães, mas também, e sem a mínima exceção, a todos os traba-

lhadores da Europa, inclusive nosso mujique, um perfeito espírito sensato e socialista nato.

O que resulta disso? Simplesmente que o primeiro ponto de nossos sábios doutrinários reduz-se, de fato, ao segundo, ou seja, que o grau de instrução real, ou ainda, o grau de experiência histórica de cada povo, traduz-se efetivamente por suas *necessidades*.

O segundo ponto diz, com efeito, que *todo governo é a expressão direta da soma ou da conjunção das necessidades do povo*.

Este ponto parece ainda mais ambíguo do que o primeiro. O que se entende por *necessidade do povo*? A soma das necessidades de toda a população de um Estado sem distinção de classe e condição? É realmente possível? Não constatamos ou ignoramos que em toda a parte e sempre as necessidades do povo laborioso opõem-se diretamente àquelas das classes estatistas? E, observando isso de mais perto, não vemos que entre as necessidades das próprias classes não faltam contradições? Mas deixaremos de lado essas nuances secundárias para nos determos sobre um antagonismo fundamental e irreduzível que escava um abismo entre as tendências das classes estatistas e as necessidades do povo. De que maneira o governo poderá conciliar essas necessidades com essas tendências, em suma, conciliar o inconciliável? É necessário demonstrar que os interesses do povo e aqueles das classes são incompatíveis? Basta lançar um olhar sobre o que se passa na Europa para convencer-se

disso. Tentai, rogo-vos, conciliar os interesses dos trabalhadores e do trabalho com aqueles dos proprietários e do capital. Estes últimos não estão precisa e exclusivamente fundados no meio de viver do trabalho alheio, subjugá-lo, isto é, na servidão efetiva dos trabalhadores?

A mesma incompatibilidade reina na Rússia. Tentai pôr de acordo o mujique com o grande proprietário, com o *kulak* ou o negociante que o rouba; o operário com o fabricante; o cismático com o pope; tentai colocá-los de acordo, todos juntos, com o funcionário que, em proveito do Estado ou do seu próprio, despoja-os; tentai pôr de acordo, digo, o povo com o Estado que o afunda na lama e o suga até à medula. Em definitivo, o que foi em todos os tempos a história interna da Rússia senão uma incessante revolta dos trabalhadores contra o Estado e as classes privilegiadas? Como podem falar de necessidades idênticas? Falai-nos, ao contrário, das necessidades das classes estatistas, à satisfação das quais o Estado, desde tempos imemoriais, sacrificou e continua a sacrificar a vida, o direito e as necessidades elementares do povo; e tirai disso a conclusão, em conformidade com a sã lógica e com a história, de que todos os Estados e todos os governos sem exceção, e de início nosso Estado panrusso, nosso governo nacional, é a expressão mais fiel dos apetites da classe em detrimento e a despeito das aspirações do povo, de seus desejos e de suas necessidades.

Por isso mesmo, o segundo ponto dos doutrinários reduz-se a seu terceiro ponto que diz que *“todo governo é o produto do equilíbrio que se estabeleceu entre as diversas forças sociais”*.

No que concerne a esse ponto, estou inteiramente de acordo; e apoiando-me nisso, conclamo à luta com a esperança de vencer todos esses revolucionários mergulhados até ao pescoço no doutrinismo. Para melhor delimitar o campo de batalha, limitar-me-ei, tanto quanto possível, a só citar provas e exemplos extraídos da história e da realidade russas.

Abordando a análise das diversas forças sociais sobre as quais repousa a força de nosso governo, devemos examinar e resolver uma questão das mais importantes.

Quem tem razão?

Aqueles que sustentam que nada há de comum entre o povo e nosso governo, e que suas relações recíprocas limitam-se a um ódio irreduzível, de um lado, e a uma implacável opressão, do outro?

Ou aqueles que afirmam, ao contrário, que sempre houve em nosso povo, e que ainda se encontra nele, uma cega confiança no governo e uma espécie de amor divino pelo czar e pela família imperial; quanto ao ódio do povo, ele dirige-se unicamente à nobreza, aos grandes proprietários e àqueles que diretamente executam as ordens do governo e a vontade do czar?

Ou, enfim, aqueles que sustentam uma opinião intermediária, embora sem crer num apego excessivo do povo pelo czar, e menos ainda pelo governo, e que admitem até um certo ponto que o povo vê mais com maus olhos tudo o que faz ou empreende o dito governo; estes pensam, no entanto, que, seja em razão de seus hábitos históricos, seja pelo fato de, em sua infelicidade, não ver outra saída, o povo espera, apesar de tudo, ajuda e proteção unicamente do governo e da vontade soberana do czar?

Se são os primeiros que têm razão, a insurreição do povo tornar-se-á cedo ou tarde necessária. Se são os segundos, essa insurreição será completamente impossível. Se, enfim, é a opinião dos terceiros que se revelará correta, a insurreição sem ser forçosamente impossível, será, de todo modo, problemática.

Deixando de lado, por enquanto, a atitude do povo em relação ao czar, creio que não há a menor dúvida quanto ao ódio profundo e irreduzível do povo contra o governo, o mundo oficial, e, em geral, contra tudo o que representa na Rússia o Estado e é sua expressão, portanto, contra o próprio Estado.

A bem da verdade, não pode ser de outra forma. Quem, conhecendo ainda que pouco a história e a realidade russas não vê que desde a fundação do Estado moscovita até agora, o povo, seu direito, sua vontade e seu bem-estar, e, inclusive, sua vida, foram constantemente sacrificados pelo Estado? Quem deu à nobreza a terra do povo? O Estado. Quem subjogou os

camponeses a essa mesma nobreza? O Estado. Quem reprimiu do modo mais cruel os camponeses por tanto tempo pacientes e tão amiúde mártires, quando, levados ao desespero pelo implacável e selvagem furor de seus senhores, sublevavam-se contra eles? Uma vez mais, o Estado. Quem arruína o povo pelo recrutamento, pelo dízimo e pela talha, bem como por uma administração de ladrões? Quem entrava e paralisa o menor de seus movimentos por meio de uma burocracia, a mais insolente, a mais impiedosa e a mais opressiva do mundo? Quem deliberadamente sacrificou e continua a sacrificar dezenas, ou mesmo, centenas de milhares de homens para alcançar objetivos ditos nacionais? Sempre esse mesmo Estado. Quem pisoteou os costumes e as livres crenças do povo? Quem o humilha e o fere em todo o seu ser? O Estado. Para quem todo o direito do povo é igual é zero e sua vida não vale nem mesmo um centavo? Para o Estado.

É possível que, depois disso, o povo não odeie o Estado, não odeie o governo? Não, isso não é possível.

Todavia, dir-se-á, nosso povo é como o cão que morde o bastão que o golpeia e não a mão que dele se serve para espancá-lo; ele odeia todos os pequenos e médios funcionários que aplicam as ordens do governo, mas ao mesmo tempo sente, se não amor, ao menos uma admiração supersticiosa mesclada de temor pelo alto clero, pelos funcionários militares e civis em altos postos que, a seus olhos, representam o soberano e, em geral, as esferas governamentais.

Tal raciocínio é absurdo e até mesmo contrário a todos os fatos conhecidos. É verdade, quando foi promulgado o edito relativo à pseudo-emancipação dos camponeses, e quando ele foi lido nos locais públicos e nas igrejas, bem como em todas as cidades e todos os vilarejos do Império; quando o povo, que há tanto tempo e tão impacientemente esperava a liberdade, descobriu o ludíbrio e pensou de início que não podia ser um ucasse autêntico escrito em letras de ouro e revestido do selo, ele também de ouro, mas sim um edito fabricado e falsificado pela nobreza e pela classe dos funcionários à sua devoção, viu-se, então, em muitos lugares, os mujiques aguardar que um general ou qualquer outro dignitário fosse levar-lhes em nome do soberano o autêntico edito imperial e a verdadeira liberdade. Mas o que decorre de tudo isso? Nada, a não ser que os mujiques haviam colocado sua confiança nos generais e nos dignitários: não viam neles senão mensageiros do Imperador trazendo-lhes o ucasse; e esses generais e dignitários teriam passado um mau momento se, no momento em que a decepção apoderou-se do povo, eles não tivessem, para proteger-se contra a cólera do povo, as baionetas e as balas.

De um modo geral, o povo russo tem uma idéia das mais confusas e nada favorável ao governo supremo. Nele só vê um conglomerado de nobres ricos e escroques desnaturando a vontade do czar e dirigindo-a contra ele em seu benefício. Desde a fundação do

Estado moscovita, o povo não pode sentir a administração dos nobres: “Contra os boiardos”, escreviam-se entre eles os distritos e as regiões na época das revoltas sob os falsos Dmitrii, “marcharemos unidos”. Desde então, a atitude do povo em relação aos boiardos e ao governo supremo não mudou. O povo não tem respeito pelo governo, mas, evidentemente, ele o teme. E, com efeito, é-lhe impossível não temê-lo. Até o presente, toda a força e o cnute não estão nas mãos do governo? Como, então, ele não temeria o cnute? Todavia, fazei apenas com que o povo adquira confiança em sua própria força, mostrai-lhe que se pode arrancar o cnute, arrancar a força das mãos do governo, e vereis em que estima ele o tem.

Todavia, dir-se-á, o povo russo é muito religioso, e a Igreja, bem como o clero aos quais ele é tradicionalmente ligado, estão incontestavelmente do lado do governo e acorrentam o povo a ele. Tudo isso é falso. Em primeiro lugar, a prova de que todo o clero está do lado do governo está longe de ter sido apresentada. Falaremos disso mais à frente quando fizermos a análise das classes. Em segundo, não é seguramente exato dizer que o povo tem uma ligação qualquer com a Igreja de Estado e o mínimo respeito pelo clero ortodoxo. Tudo isso é desmentido pela amplitude que o cisma adquiriu na Rússia e pelo irrefutável desprezo no qual o povo mantém os popes; e, enfim, não é verdade que o nosso povo seja religioso. Quem quer que conheça ao menos um pouco a Rússia deve saber, ao

contrário, que de todos os povos da Europa, o povo grão-russo é precisamente o menos religioso.

É certo que se o clero tem coisas agradáveis a dizer ao povo, este as escutará de bom grado; mas é não menos certo que, quando o clero serve-se da linguagem do governo, da administração e da nobreza, uma linguagem antipopular, o povo dirige-lhe seu ódio, e quando sente sua força em relação a isso, está pronto a exterminá-lo, como o fizeram Stepan Timofievitch Razin⁴ e Emelian Pugatchev⁵.

Enfim, dir-se-á, ainda: é verdade, o povo odiava o governo até a chegada ao trono de Aleksandr Nikolaievitch, mas esse ódio tornou-se amor desde que, “pela vontade do czar-emancipador, a aurora da liberdade fez milhões de trabalhadores resignados, e uma nova sublevação ao modo Pugatchev é hoje impossível.”⁶

Frases tão odiosas só podem ser escritas em publicações oficiais ou vendidas ao governo. E é preciso ser muito impudente para repeti-las, quando a condição do povo na Rússia, em razão mesmo dessa falsa emancipação, tornou-se insuportável; que, completamente arruinado, ele é obrigado a pagar pela gleba

⁴ Stepan Timofievitch Razin (1630-1671), chefe cossaco de um exército de servos rebelados (1667). (N.T.)

⁵ Emelian Pugatchev (1740-1775), liderou importante insurreiçãocossaca durante o reinado de Catarina II. (N.T.)

⁶ Ver o artigo: “O conde Panin”, no fascículo de maio de *Russkij Vestnik*.

que se lhe impõem, e à qual ele estava até então ligado, duas vezes e até mesmo três vezes mais do que vale; que duas vezes mais esmagado do que anteriormente pela talha devida ao Estado e aos zemstvos; que, despojado tanto pelo grande proprietário vizinho quanto pelo kulak e pelo negociante, pelo mandatário da comunidade rural e pelo fisco (que põe em leilão tudo o que ele possui, até a última vaca e seu último travesseiro para recuperar impostos atrasados); então, digo, entregue às cortes marciais e condenado à flagelação pelo simples fato de recusar a terra (da qual lhe fizeram tão gracioso presente obrigando-o a pagá-la duas ou três vezes o seu preço), e que, em toda a extensão da Rússia, o povo morre de fome e foge para as florestas!

Hoje, mais do que nunca, o povo odeia o governo. Direi ainda mais: esse ódio começa a estender-se ao czar.

É verdade, por muito tempo esse infeliz povo russo viveu na idéia que se fazia do czar e pagou por séculos de sofrimentos o fato de ter crido nele. Eis o que eu escrevia sobre isso em 1862, antes da sublevação da Polônia e logo após os primeiros incêndios, quando a política de Alexandre II ainda não havia tido o tempo para mostrar sua verdadeira natureza⁷.

⁷ Ver minha brochura: *Narodnoe Delo – Romanov, Pugacev, ili Pestel'*? Hoje eu não a escreveria mais. Muitas coisas tornaram-se claras desde então e, entretanto, aprendi muito.

O povo russo é por excelência um povo realista. Ele necessita de consolações terrestres; o deus-czar daqui de baixo, essa imagem, de resto um pouco ideal, conquanto sob uma forma carnal e uma aparência humana, é em si mesma a mais cruel ironia em relação ao czar real. O czar ideal do povo russo é um tipo de Cristo terrestre, um pai adotivo do povo, que só pensa na felicidade deste último e no amor que sente por ele; ele lhe teria dado há muito tempo tudo a que aspira, isto é, a terra e a liberdade. Ele próprio é um pobre, sem liberdade: o boiardo malfazejo e o perverso funcionário o têm à sua mercê. Mas chegará o dia em que, retomando o controle da situação e apelando ao povo para ajudá-lo, ele aniquilará os nobres, os popes e todas as autoridades. E, então, começará para a Rússia *a era de ouro da liberdade*. É isso que o povo espera do czar.. Ora, já faz quase dois séculos preenchidos de indescritíveis tormentos que ele aguarda impacientemente da boca do czar a palavra que o salvará; mas hoje, quando todas as suas esperanças, todas as suas esperas foram reavivadas pela promessa anterior do czar, ele aceitará esperar por mais tempo? Não creio.

Desde então, sete anos transcorreram. E devemos reconhecer a Aleksandr Nikolaevitch o fato

de ter feito grandes esforços e ter-se dado muita dificuldade para desvelar e apresentar em toda a sua odiosa nudez a noção do Estado, em particular aquela do Estado pan-russo, e sobretudo para matar no povo essa infeliz fé no czar.

Com efeito, houve um tempo em que a palavra do czar podia ser onipotente no povo. Durante quatro anos inteiros, da morte de Nicolau I à promulgação do edito enganador sobre a emancipação, Alexandre II foi o ídolo, pode-se até mesmo dizer, o Cristo do povo. O povo unia e reunia nele tudo o que sua imaginação histórica dizia-lhe de seu czar-emanzipador. Situação admirável quase sem precedentes, mas ao mesmo tempo perigosa ao mais elevado grau. O imperador Alexandre era obrigado, portanto, a fazer muito pelo povo a fim de não cair do modo mais vergonhoso do pedestal no qual a confiança e as esperanças do povo haviam-no colocado... Mas ele sofreu uma queda da qual não pôde levantar-se por si mesmo, quebrando, assim, para sempre, esperemolo, no coração do povo, a imagem que este fazia dele.

Se eu escrevesse para leitores estrangeiros, eu lhes narraria como, embora recorrendo a medidas nefastas, inspiradas pelo ódio do povo, a prescrições e a atos considerados intencionais, o imperador Alexandre II, como se movido por intenções revolucionárias secretas e pela vontade de extirpar do coração do povo a fé no czar, proporcionou que o povo — que mesmo após o edito de 19 de fevereiro permanecera

por tanto tempo na dúvida, atribuindo todos os malfeitos do czar aos seus executores, — acabasse por compreender que a principal causa de todos esses males era o próprio czar, e se pusesse, enfim, a odiá-lo. Para meus compatriotas que residem na Rússia, esse relato é supérfluo. Eles foram e ainda são testemunhas dos atos criminosos do czar e da desilusão do povo.

A pessoa do impedrador Alexandre II é-nos doravante cara e sagrada; e estamos prontos a entoar com a Igreja ortodoxa o peã desejando-lhe longa vida. Do mesmo que anteriormente todo o amor e a confiança do povo transferiam-se para o novo czar, hoje todo o ódio do povo, levado ao desespero pela profunda desilusão que o próprio Alexandre II provocou, voltou-se contra ele... Que o Altíssimo continue, por enquanto, a protegê-lo, e que ele próprio persevere com tanto zelo quanto até aqui, a servir, ao seu modo, à causa da revolução!

Todavia, dir-se-á, se o czar modificasse de repente o sistema governamental e se pusesse a reinar no interesse do povo, a satisfazer, por medidas e editos apropriados, suas aspirações e suas necessidades essenciais, este continuaria a odiá-lo? Certamente não: pode-se inclusive dizer que o povo perdoar-lhe-ia todo o passado; novamente ele colocaria todos os crimes perpetrados pelo czar na conta de traidores vendidos à nobreza, e voltaria a amá-lo muito mais do que antes. Infelizmente, o senso político ainda é

muito pouco desenvolvido em nosso povo, e a clara noção da liberdade *política* ainda lhe falta. Ele hoje só reivindica a liberdade plena e inteira de viver. E pouco lhe importa se essa vida livre realiza-se com ou sem o imperador!

Nesse caso, objetar-se-á, o que impede Aleksandr Nikolaevitch de modificar o sistema governamental, e quem vos diz que ele não o fará? E se não for ele, será o príncipe herdeiro que o fará.

Ora, tudo leva a crer que nem um nem outro pode modificar o que quer que seja. Não lhes é possível recuar uma polegada do sistema atual sem destruir a totalidade do Estado. É verdade, eles podem permitir, e numa certa medida, que se realizem ainda muitas reformas e, em caso de necessidade, chegar até a conceder uma Constituição inspirada pela nobreza e pela classe dos negociantes, ou um parlamento copiado daquele de Napoleão, ou mesmo de Bismarck... Mas nada podem para o povo.

O que pede o povo? Em 1862, o *Kolokol* respondeu, e muito bem, à questão: "O povo pede terra e liberdade!" Nada mais. Todavia, refleti ao que significam essas palavras. O povo pede terra, *toda a terra*, o que significa que se deve arruinar, desapossar e aniquilar a nobreza, e nos dias de hoje não apenas a nobreza como também uma parte importante dos negociantes e dos kulaks que vêm do povo, que se beneficiam de novos privilégios, que se tornaram, por sua vez, grandes proprietários, não menos detestados

pelo povo e, sendo isso possível, ainda mais opressores do que os grandes proprietários de outrora.

O povo pede liberdade, uma liberdade que seja *verdadeiramente* uma, isto é, plena e inteira, o que significa que é preciso destruir a administração e todo o exército; o que significa que é preciso abolir o Estado; ora, sem Estado, não há soberano possível; daí decorre essa conclusão segundo a qual, para fazer algo de sério e de natureza a dar satisfação ao povo, o imperador e toda a sua dinastia deveriam, com o Estado inteiro, ir para o diabo.

Mas eles são incapazes de tal ato de coragem; e, assim, quanto mais reinarem, mais vivo e mais profundo acumular-se-á contra eles o ódio do povo; e ele continuará a acumular-se enquanto a explosão popular não tiver explodido tudo.

Mas o povo russo é capaz de fazer a revolução? Quanto a isso não resta, segundo parece, a menor dúvida. Desde a época do falso Dmitrii até os nossos dias, tínhamos invariavelmente um único revoltado contra o Estado: o povo do campo e a burguesia das cidades. A revolta dos decembristas foi a única exceção, heróica ao supremo grau, mas ao mesmo tempo, do ponto de vista popular, estéril, pois ela foi muito mais a resultante da influência do estrangeiro do que da vida do povo. Depois dela não houve e não haverá mais movimentos desencadeados pela nobreza. Quanto ao povo, ele nunca cessou de sublevar-se. Sublevou-se maciça e vitoriosamente por duas vezes:

uma vez seguindo Stenka Razin, uma outra, seguindo Pugatchev. No início, ele derrotou as tropas do Estado, depois foi derrotado por elas porque não havia entre sua gente a mínima organização. Derrotado pela última vez sob o reinado de Catarina II, jamais cessou de protestar contra o jugo das classes estatistas, contra todos aqueles que representavam o Estado, quer dizer, contra o próprio Estado, e de revoltar-se localmente todos os anos; suas revoltas eram sempre sufocadas, mas incessantemente renovadas sob uma forma ou outra. Assim, a questão não é saber se o povo é capaz de sublevar-se, mas se ele está apto a formar uma organização que possa assegurar a vitória da sublevação, uma vitória que seja não efêmera, mas durável e definitiva. Aí está precisamente, podemos mesmo dizer, exclusivamente, todo o fundo de nossa questão vital.

Desnecessário dizer que retornarei a ela. Mas, de início, vejamos o que são as forças que a revolta do povo deverá enfrentar.

De todas as classes que exploram o povo russo, a *nobreza*, é óbvio, vem à frente. Classe histórica e quão venerável! Sobre sua virtude podemos nos informar junto ao mujique; sobre sua honestidade, seu espírito de independência e seus sentimentos magnânimos, junto ao governo; quanto à sua coragem cívica, a história diz muito. Um dia um intendente que eu conhecia veio ver-me. Era um homem ativo e inteligente; filho de servos que, sendo ainda servo, ge-

ria todos os bens de seu senhor e dirigia o próprio senhor. Ele dizia com freqüência: “Quando vejo todos esses nobres, digo-me: que classe *corrupta!*” Sim corrupta! Seria difícil encontrar uma outra classe que aliasse nesse grau a arrogância à vilania, a incapacidade à presunção, o vazio intelectual ao mais puro egoísmo, a fanfarronada à covardia, a crueldade tártara a uma caricatura de liberalismo ocidental; difícil encontrar, eu dizia, uma outra classe tão servil ante a mínima autoridade e, ao mesmo tempo, tão altivamente feroz em relação ao povo, até o dia, evidentemente, em que este, já sem paciência, mostrará sua força.

Kolb estima que há na Rússia 880.000 nobres de ambos os sexos, a título hereditário ou individual. A maior parte deles pertence às esferas burocráticas e aos postos superiores do exército. Quanto aos grandes proprietários enobrecidos, não há mais de 120.000 do sexo masculino. Entre eles, segundo uma estatística já antiga, 4.000, no máximo, dispõem de 500 a 1.000 servos: 4.000 no máximo podem ser considerados ricos ou bem abastados. A nobreza média que, antes do edito emancipando os servos, vivia confortavelmente graças ao trabalho destes últimos, está hoje arruinada na proporção de dois terços; não compreende nem mesmo 20.000 proprietários. Os outros 96.000 sempre foram pobres e hoje estão na miséria. Seu grau de instrução é muito baixo; não beneficiam de qualquer favor, e vêm negado seu acesso à fun-

ção pública, de tal forma que, amiúde, esses ex-senhores hoje se vendem aos camponeses para assumir o lugar de seus filhos durante o recrutamento, fazendo-se soldados por dinheiro.

Sobre 440.000 nobres a título hereditário ou individual do sexo masculino, mais da metade (aproximadamente 250.000 almas) encontra-se atualmente numa situação crítica e sem saída. Desde a abolição da servidão, eles não têm mais interesse comum com o governo; de tal modo que, pela força das coisas, eles são ano após ano cada vez mais empurrados para o nosso campo. Basta que surja um novo Stenka Razin, agindo em seu nome pessoal ou em nome de uma coletividade, poucos dentre eles marcharão contra ele; em contrapartida, muitos aliar-se-ão a ele.

Aproximadamente 120.000 nobres pertencem à pequena administração e aos postos de oficiais subalternos; todos vivem de seus empregos; os militares, de seus magros soldos; os civis, de seus salários, a que vem somar-se tudo o que eles extraem do tesouro que roubam e da espoliação do povo. Retornarei a este assunto quando tratar da burocracia e do exército.

Aproximadamente 50.000 ou 60.000 nobres pertencem ao que hoje se denomina nobreza média. É uma classe semi-arruinada, sem sê-lo ainda completamente, que trava um combate desesperado contra o que, nas condições atuais, condena a existência econômica da grande propriedade. A metade desses pro-

prietários de terras vive em suas propriedades e as explora, bem ou mal. A outra metade, sem dúvida a mais forte, está a serviço do Estado ou das empresas privadas: alguns daqueles que a compõem consagram-se às ciências e às letras. Formados nas universidades ou nas escolas militares, tornam-se mais ou menos adeptos do liberalismo doutrinário ou do socialismo livresco; entre eles, raros são aqueles capazes de sacrificar-se sincera e inteiramente à causa da revolução. Uma minoria bastante importante da nobreza instruída adere ao partido dito dos produtores rurais.

Acima dessas categorias sociais que formam a nobreza média, mantêm-se entre cinco e sete mil nobres, em todo o caso menos de dez mil, os mais ricos e os mais bem posicionados; esses não estão arruinados ou muito pouco. Em suma, conservaram sua fortuna, não graças à sua competência administrativa e sua atividade, mas por outras razões muito diferentes. Em primeiro lugar, porque a importância de sua fortuna e a amplidão de suas propriedades permitiram-lhes suportar melhor do que os outros a crise que o edito de 19 de fevereiro acarretou para os grandes proprietários; em segundo lugar, e principalmente porque, ocupando os primeiros postos e os mais lucrativos no serviço do Estado e na corte, roubando os rublos não às dezenas, não às centenas, não aos milhares, mas às dezenas e centenas de milhões, eles puderam, o que é completamente natural, conservar seu antigo modo de vida e, inclusive, desen-

volvê-lo, a despeito de sua tendência e daquela de toda a nobreza russa em jogar dinheiro pela janela.

Esse número pouco importante de indivíduos forma nossa aristocracia, nossa canalha das altas esferas do Estado e da corte. Descobrir nessa selva uma pessoa ao menos digna é um acaso dos mais raros. Aí se aglutinou e desenvolveu em odiosas proporções toda a vacuidade hereditária, toda a ferocidade e covardia de nossa brava nobreza russa.

O grau de instrução desses aristocratas domesticados é muito baixo, ainda mais baixo do que aquele da classe nobiliária média. Esses senhores nunca têm tempo para ler ou estudar. Todos os seus instantes são tomados por suas ocupações servis ou por abjetas intrigas. Desnecessário dizer que quase todos pertencem à categoria dos mais consumados, dos mais ferozes reacionários de Estado. Todos são Muraviev, Mezencov, Suvalov, Potapov, Timasev, Trepov... se não ainda em fato, ao menos pela inveja que os impulsa e o estado de espírito que os anima — e a despeito de sua evidente ferocidade, prontos como estão a engolir todo mundo e massacrar o povo inteiro para agradar ao soberano, e, sobretudo, para servir aos seus próprios interesses, eles não têm, contudo, uma força que lhes seja própria nem precisamente uma força de classe. São simples brutos e a brutalidade nunca permitiu formar, em lugar algum, um bloco. São vis poltrões que só vivem do poder e das esmolas de seu senhor e amo, o czar. Ora, na pri-

meira derrota que esse amo sofrerá, eles se escondem em todos os cantos.

A média nobreza é algo de mais sério; e se os nobres russos fossem ao menos um pouco uma força, é ali que se deveria procurá-la. Mas em vão a procuraríamos: essa força não existe.

O liberalismo da *nobreza* é impotente e não tem o mínimo ponto de apoio na Rússia. É verdade, no período heróico de seu desenvolvimento, no tempo dos decembristas, esse liberalismo fez surgir uma falange de homens de uma coragem, de uma abnegação e de uma energia pouco comuns, que, não se contentando em sonhar, creram apaixonadamente na causa, souberam decidir-se pelo ato supremo, pelo sacrifício de si; fizeram tudo o que lhes era possível fazer e, no entanto, não puderam criar uma força. Imensa, mas desorganizada, a força estava no povo. Quanto à força organizada, ela encontrava-se do lado do governo. Esprimidos entre o governo e o povo, os decembristas marcharam contra o primeiro, sem unir-se ao segundo e sem outra força senão a de suas convicções. Sucumbiram.

Desde o início de sua sublime iniciativa até seu trágico desfecho, os decembristas estavam irremediavelmente perdidos. Sua causa, como toda causa íntegra inspirada pelo amor à humanidade e à liberdade, deu incontestavelmente seus frutos ao semear nas futuras gerações o grão da emancipação. Quanto a eles, deviam perecer.

Após os decembristas, o liberalismo heróico da nobreza instruída degenerou em liberalismo livresco, em doutrinarianismo mais ou menos douto. Desde logo, sua impotência, evidentemente, só cresceu: o verbo tornou-se ato de coragem; o espírito discursista, inteligência; a palavra vazia, eloquência; e as leituras, ação. A causa real foi esquecida; bem mais, puseram-se a desprezá-la; e do alto de uma satisfação metafísica de si, consideraram todas as idéias revolucionárias, todas as tentativas corajosas de protesto pública como fanfarronadas pueris. Falo com conhecimento de causa, pois, nos anos 30, entusiasmado com o hegelianismo, eu próprio incorri nesse erro. Nesses mesmos anos 30, surgiu na Rússia, sob o jugo da administração de Nicolau I, a teoria dos *objetivistas* segundo a qual todos os fatos históricos explicam-se por uma necessidade que logicamente expurga da história a parte que cabe às grandes ações individuais e não admite senão uma única força real, inelutável e soberana: *a razão objetiva que se determina por si mesma*, teoria muito oportuna para aqueles que, tendo medo de agir, devem encontrar, aos olhos dos outros e aos seus, desculpas à sua vergonhosa inação.

A teoria dos *objetivistas* continua ainda hoje a corromper uma grande parte da juventude instruída da nobreza russa. A natureza dessa teoria permaneceu a mesma: só mudaram a apresentação científica e a terminologia. Em minha época tudo se explicava segundo Hegel, pela razão objetiva que se determi-

nava por si mesma; hoje, tudo se explica, segundo Comte, pelo encadeamento ou pela conseqüência fatal dos fatores naturais ou sociais. *Manifestamente*, num e noutra sistema, não há lugar para a ação individual⁸. Uma ou outra exegese é um excelente pretexto para aqueles que temem a ação.

Assim, não nos surpreendamos se a maior parte de nossa juventude privilegiada, se nossa nobreza instruída adota geralmente, exceto raras exceções, a teoria dos objetivistas. O grande proprietário, o possuidor, o indivíduo estabelecido ou que tem a esperança de sê-lo, não necessita absolutamente da revolução. Ao contrário, uns e outros devem estar contra ela, pois a questão da revolução reveste hoje em toda a parte, e na Rússia mais do que em qualquer outro lugar, um caráter antes de tudo econômico e social, isto é, destruidor de todas as situações e funções privilegiadas. Para que esses senhores cheguem a desejar a revolução, seria preciso que a idéia de jus-

⁸ É a essa conclusão que conduz, sem qualquer dúvida, o sistema metafísico de Hegel. Ali está o Absoluto que intervém; e em toda a parte onde esse personagem decide, não pode haver nem possibilidade nem espaço para a ação individual. Muitos adeptos da verborragia científica de Comte desembocam amiúde e, inclusive, de muito bom grado, mas completamente equivocados e sem a menor lógica, a essa mesma conclusão. São precisamente eles que, no artigo: "A Ciência e o Povo", publicado no primeiro número de *Narodnoe Delo*, eu denominava os popes da ciência.

tiça tornasse-se neles uma ardente aspiração, e que, a despeito de todas as vantagens de sua situação, inflamasse-se em seus corações a paixão pela destruição.

Tais coisas não são impossíveis, mas são raras. A brilhante falange dos decembristas pertencia indubitavelmente à categoria dos indivíduos que tudo sacrificam ao triunfo da idéia. Mas não esqueçamos que as concepções dos decembristas tinham sobretudo, e quase exclusivamente, um caráter político e heróico; e que, desde a fundação na história dos primeiros Estados, a paixão política sempre teve o dom de provocar, precisamente nas classes superiores ou privilegiadas, atos sublimes de abnegação. Não esqueçamos também que os decembristas viviam e agiam numa época em que, na classe instruída de toda a Europa, o sopro do liberalismo heróico dominava; era a época da Tugendbund⁹ e do carbonarismo; era também aquela em que os nomes de Sand, Morelli, Pepe, dos condes Balbo e Santarosa, Riego e Manin, Bolívar, La Fayette e Botzaris eram pronunciados com um fervor quase místico em toda a Europa.

⁹ Liga da Virtude, em alemão. Trata-se de uma associação com vistas a exaltar o civismo e promover a liberação da Prússia. Foi criada em Königsberg, em 1808, e dissolvida por Napoleão, em 1809. (N.T.)